



ESTADO DE GOIÁS

Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
GABINETE

PORTARIA Nº 417 /2011-GAB.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643, de 10 de junho de 1.934, do Cap. II, Art. 10, da Lei Estadual nº 13.123, de 16 de julho de 1.997 e do que consta o Processo nº 200900017000797-15.812 RESOLVE:

Art. 1º - Outorgar a **JOSÉ CÂNDIDO JÚNIOR**, inscrito no CPF sob o nº **052.248.881-15**, RG nº **266.795 SSP-GO**, por **12 (doze) anos** o uso das águas do **Córrego do Alípio**, no ponto de coordenadas **17º28'25,61" S e 49º03'26,50" W**, no trecho localizado na **Fazenda Morro Agudo**, no município de **Piracanjuba**, Estado de Goiás, para **acumulação de água em uma barragem**.

Parágrafo Único – Todas as obras, projetos e estudos hidrológicos desta concessão, deverão ser executadas no prazo de **01(um) ano**, para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no Processo acima mencionado.

Art. 2º - Atingindo nos períodos de estiagem, vazão insuficiente para garantir o fluxo compatível com outros usos, fica o outorgado obrigado a reduzir a captação de forma a garantir uma vazão mínima, determinada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS / SEMARH**.

Art. 3º - A outorga prevista no caput do Art. 1º teve por estudo a Caracterização hídrica realizada pelo ENGENHEIRO AGRÔNOMO **DENILSON MENDONÇA MACHADO, CREA-GO Nº 7769/D** e o Levantamento Topográfico realizado pelo ENGENHEIRO AGRÔNOMO **ANTÔNIO FÁBIO MONTEIRO JUNQUEIRA, CREA-RS Nº 136608/D**, os quais se tornam **Responsáveis Técnicos**, perante o Governo do Estado de Goiás, nos termos das Anotações de Responsabilidade Técnica.

Art. 4º - Para a proteção do manancial, fica o outorgado obrigado à:

- I. Utilizar técnicas adequadas no manejo e conservação dos solos;
- II. Manter a classe do manancial, conforme Resolução nº 357, de 17 de março de 2.005 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA;
- III. Recompôr e preservar as matas ciliares, conforme previsto em Lei nº 12.596, de 14 de março de 1.995, que institui a Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências;
- IV. Verificar, junto aos órgãos competentes, a necessidade de requerer Licenciamento Ambiental;
- V. A barragem possui um volume acumulado de **145.918,60 m³ (cento e quarenta e cinco mil, novecentos e dezoito metros cúbicos)**, e tem por finalidade atender a demanda de um equipamento de irrigação (P. 15814), além de manter a vazão necessária à jusante, através de elemento de **descarga de fundo com tubulação de saída de 300 mm com registro**, do **Córrego do Alípio**.

Art. 5º - O outorgado responderá criminalmente pelo não cumprimento das condições impostas nesta Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º - Esta portaria de outorga, mantidas todas as condições expressas no respectivo ato, poderá ter sua renovação requerida com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de seu vencimento, sujeita a nova análise de viabilidade hídrica.

C U M P R A - S E.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, em Goiânia, aos 03 dias do mês agosto de 2011.


LEONARDO MOURA VILELA
Secretário


AUGUSTO DE ARAÚJO ALMEIDA NETTO
Superintendente de Recursos Hídricos